

Cais do Valongo entre nós

» PAULO PAIM
Senador (PT-RS)



Ali há uma simbologia enorme de resistência e de busca por reparação histórica para o povo negro.

O local também foi um porto distribuidor de pessoas escravizadas para outros estados do Brasil e para a América Latina, tornando-se o maior centro receptor de pessoas escravizadas em todo o mundo. E aqui lembro Eduardo Galeano, que, na obra *As veias abertas da América Latina*, abordou o tema da dor e da sobrevivência do povo negro escravizado.

Em 2011, vestígios do Cais do Valongo foram descobertos durante obras na região. Em 2017, a Unesco declarou-o Patrimônio da Humanidade. Ele é a presença viva do sangue jorrado, refletido na força e na cultura da nossa brasilidade.

O presidente Lula da Silva sancionou a Lei nº 15.203/2025, reconhecendo o Cais do Valongo como patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro. Essa norma tem origem no Projeto de Lei nº 2.000/2021, de minha autoria, construído com ampla participação do movimento negro.

A lei estabelece diretrizes para a proteção especial do Cais, em decorrência do título de Patrimônio Mundial da Humanidade, e prioriza ações de preservação da memória e de promoção da igualdade racial como forma de reparação à população afrodescendente.

Conforme a lei, o Iphan deverá realizar consultas públicas com entidades de defesa dos direitos da população negra para execução de projetos no Cais do Valongo. Também deverá coordenar com o município do Rio de Janeiro as ações de proteção do território e orientar iniciativas de conservação da zona adjacente. Além disso, deverá cumprir as diretrizes do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco.

Outra inovação é a autorização para que o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Cofat) priorize projetos de preservação da memória e de promoção da igualdade racial como forma de reparação à população afrodescendente em razão da escravização.

O reconhecimento é um passo fundamental para resguardar a memória da população negra e fortalecer políticas de reparação histórica. O Cais do Valongo equivale a um local sagrado, pelo respeito às vítimas que por ali transitaram e pereceram em razão do cruel processo de escravização africana em escala mercantil.

Esse reconhecimento também reafirma compromissos internacionais assumidos pelo Brasil. O Estado brasileiro tem de ser protagonista em processos de justiça global e de transição para a reparação histórica e cultural à população negra.

O Brasil ainda tem muito a caminhar em busca de justiça social. Já aprovamos o Estatuto da Igualdade Racial, que recentemente completou 20 anos — lei essa originária de projeto de minha autoria. Tive o privilégio de relatar a revalidação da lei da política de cotas nas universidades e de ser o autor do projeto que originou a lei de cotas no serviço público.

É fundamental, nestes tempos em que a juventude negra continua sendo a maior vítima de abordagens policiais mal planejadas, truculentas e desumanas, que juntemos forças para aprovar o Projeto de Lei 5.231/2020, que propõe novas diretrizes para as abordagens policiais, respeitando a vida e a dignidade humana. Essa proposta já foi aprovada por unanimidade no Senado e agora aguarda deliberação na Câmara.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //
circecunha@adabr.com.br



Sem clima para discussões

Um alerta de especialistas converte-se em uma realidade cada vez mais palpável, perceptível e devastadora, que se antecipa aos prognósticos mais conservadores do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC). Não se trata de um fenômeno que espere o futuro em um horizonte nebuloso, mas de uma alteração radical no equilíbrio planetário, ocasionada, sobretudo, pelo modelo econômico adotado pelo homem moderno, cuja lógica de expansão ilimitada exige a exaustão sistemática dos recursos naturais.

Por essa via, o modelo instalou-se, entre nós, como ameaça que se intensificará, de modo exponencial, ao longo das próximas décadas, e arrastará condições mínimas de sobrevivência para os mais de 8 bilhões de seres humanos que hoje habitam a Terra. Essa trajetória poderá repetir, em escala grandiosa, o mesmo destino reservado a incontáveis espécies de plantas e animais que desapareceram deixando rastros por onde viveram.

Silenciar qualquer ceticismo é simples e brutal, quando se verificam os dados: segundo o relatório de 2023 do IPCC, a temperatura média global chegou a 1,45°C acima dos níveis pré-industriais e, caso o atual ritmo de emissões seja mantido, em menos de 20 anos, ultrapassaremos o limite de 1,5°C, aquele que, em Paris, chefes de Estado prometeram solenemente não transgredir.

A Organização Meteorológica Mundial (OMM) reforça que os últimos nove anos foram os mais quentes da história desde o início das medições, e que 2024 registrou picos inéditos em ondas de calor, incêndios florestais e eventos extremos, com prejuízos econômicos calculados em trilhões de dólares.

Mas, apesar do caráter alarmante desses números, a reação das lideranças políticas globais segue marcada por uma espécie de alienamento voluntário, um transe coletivo que as mantém entretidas em velhas obsessões, guerras territoriais, corrida armamentista, prospecção desenfreada de minérios, expansão de fronteiras agrícolas sobre ecossistemas frágeis, como se fosse possível postergar indefinidamente o confronto com a realidade climática.

Ironicamente, o que atinge o grau do surrealismo é quando se observa que, em escala planetária, apenas um punhado de países demonstra compromisso concreto com políticas de mitigação, enquanto a maioria age como se os relatórios científicos não passassem de ficções exageradas produzidas por um seleto grupo de ambientalistas. Tal comportamento, repetido ano após ano, leva-nos a um ponto de obviedade: ao insistirmos nesse caminho, o destino parece selado e, com ele, se encerra não apenas um ciclo histórico, mas a própria possibilidade de futuro.

No Brasil, o retrato não destoia desse quadro sombrio. Depois de centenas de milhares de focos de incêndio registrados entre 2020 e 2024, que devastaram áreas imensas da Amazônia e do Cerrado, e enchentes que varreram cidades inteiras do Sul e do Sudeste, ceifando vidas e deixando milhares de famílias desabrigadas, as autoridades resolveram, tardiamente, sair de sua confortável toca refrigerada para ensaiar gestos espetaculosos em defesa do meio ambiente.

Surgiu, nesse cenário, a chamada Autoridade Climática, instância burocrática destinada a coordenar estratégias do chamado Plano Nacional de Enfrentamento aos Riscos Climáticos Extremos. Entretanto, como em tantas outras experiências brasileiras, a pompa do anúncio não corresponde ao vigor da prática: enquanto se redigem protocolos, o governo avança em frentes que contradizem a própria narrativa ambiental, como a autorização da exploração de petróleo na foz do Amazonas e o asfaltamento da BR-319, projeto que ameaça uma das áreas mais sensíveis e preservadas da floresta.

No campo da mineração e da agricultura, a contradição se aprofunda. O Brasil se mantém refém de interesses externos e de elites internas que se comportam como herdeiras fiéis da lógica colonial. Grandes corporações estrangeiras, pouco ou nada comprometidas com a preservação dos ecossistemas, seguem explorando jazidas estratégicas, deixando atrás de si crateras estereis, cursos d'água contaminados e comunidades inteiras condenadas a conviver com resíduos tóxicos.

No mesmo movimento, a monocultura de exportação, assentada sobre imensos latifúndios e dependente de insumos químicos, avança sobre áreas desmatadas, reproduzindo um ciclo iniciado ainda no século 16, quando a terra brasileira foi, pela primeira vez, incorporada à lógica mercantil de exploração. O resultado é conhecido, mas nunca verdadeiramente enfrentado: esgotamento do solo, expulsão de populações tradicionais, concentração fundiária e dependência estrutural das commodities, que nos mantêm atrelados a um modelo de desenvolvimento predatório.

Trata-se, em termos práticos, de uma política deliberada de envenenamento: ao priorizar ganhos imediatos na balança comercial, aceitamos comprometer a qualidade da água, dos alimentos e da saúde da população.

A frase que foi pronunciada:

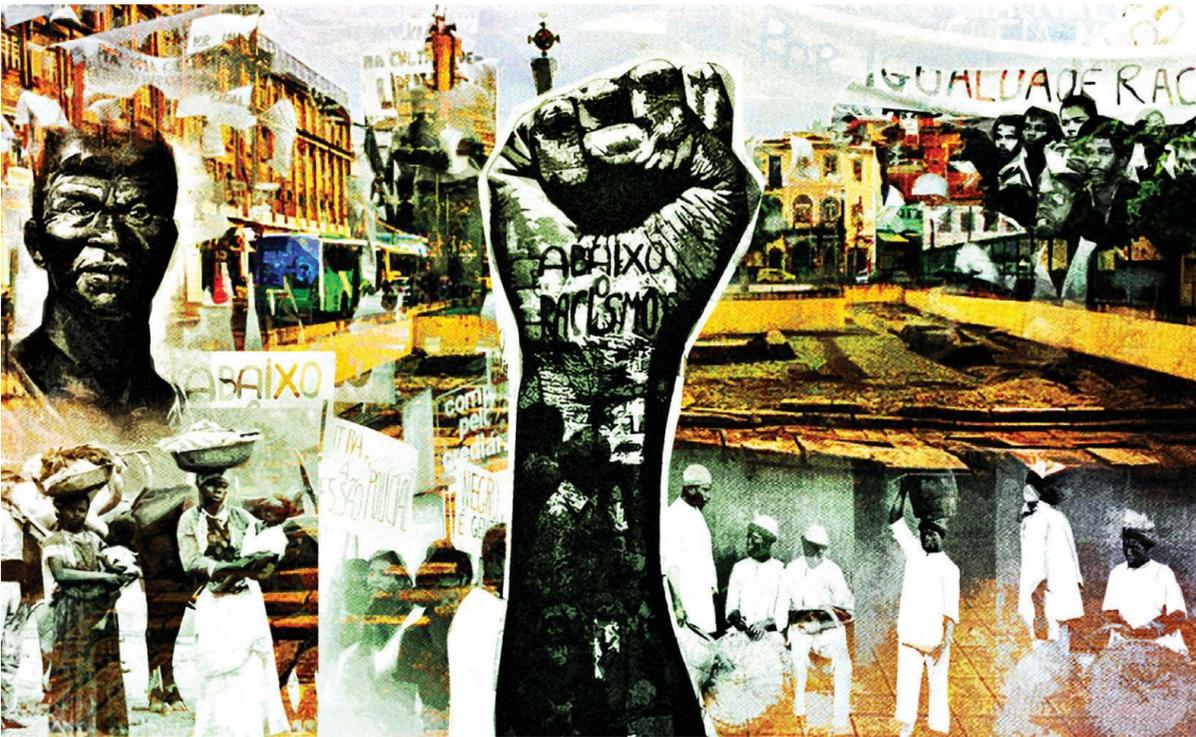
“Depois da agricultura, a farsa é a maior indústria da nossa era.”

Alfred Nobel

História de Brasília

Ademais, o problema da falta de energia elétrica é uma constante preocupação. Quanto ao DI, falta regularizar os lotes para que possam ser vendidos a quem possa construir, e destruir os barracos de madeira. (Publicada em 10/5/1962)

Maurenilson Freire



O perigo vem do Norte

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista



programa de televisão, em rede nacional, no SBT, com relevante índice de audiência. Ele também é proprietário das emissoras retransmissoras do SBT no estado do Paraná. Além disso, tem várias emissoras de rádio.

No primeiro momento, o nome Ratinho Junior provocava reação negativa nos seus interlocutores. Mas as primeiras pesquisas de opinião se encarregaram de mudar a percepção. Elas indicam que o nome é conhecido em todo o país, por força da televisão. No Nordeste, em especial, o nome é familiar aos eleitores. Há um funil natural que vai digerir os governadores candidatos à Presidência da República. Todos vão mostrar suas credenciais, seus objetivos e seus respectivos programas de governo. Neste momento, contudo, o possível candidato do PSD apresenta interessantes credenciais, pessoais e eleitorais, para se impor como candidato de oposição. Ele representa o novo, favorável à privatização de estatais e menor tamanho do governo. É uma novidade para enfrentar o PT, que está a cinco mandatos presidenciais consecutivos no poder, com a breve interrupção do governo Temer e Bolsonaro.

Os governadores vão apresentar suas expectativas e terão que buscar a conciliação para que seja construída uma chapa forte, com boa representação nos principais estados da Federação. É fundamental construir bons palanques por todo o país. O presidente Lula guarda a saída de ministros e integrantes do Centrão após o ultimato dado pela cúpula do União Brasil e do PP. O presidente sabe que não terá apoio integral do Centrão nem do MDB, mas espera conquistar fatias destes partidos.

Os movimentos de Lula são feitos sob medida para tentar sua recondução ao cargo, embalados por uma agenda positiva, que inclui a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil.

Pelos cálculos do Palácio do Planalto, de 18 a 20 ministros devem sair no início de abril para concorrer às eleições de outubro. A portas fechadas, o presidente tem dito que pretende ver Geraldo Alckmin (PSB) de novo como vice de sua chapa em 2026, por considerá-lo extremamente leal.

Nesse cenário, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad pode ser forte opção para concorrer ao Senado. Preocupado com a possibilidade de bolsonaristas fazerem maioria no Senado, Lula tem se dedicado a conversas sobre essas candidaturas. A ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), por exemplo, deve tentar uma vaga no Senado — por Mato Grosso do Sul ou por São Paulo.

A terceira margem desta travessia presidencial é a família Bolsonaro, que insiste em colocar um de seus membros na Presidência da República. Jair está inelegível e condenado à prisão. Depende de uma difícil anistia. Eduardo Bolsonaro ameaça deixar o PL, incomodado com a falta de estrutura para continuar a articulação que tem feito a partir dos Estados Unidos. Em bom português, isso se chama falta de dinheiro para arcar com as despesas no exterior. Ele, aliás, está ameaçado de perder seu mandato parlamentar por ter prejudicado a economia nacional com sua interferência junto ao presidente Trump de que resultou na taxa das exportações brasileiras. Prejudicou, inclusive, o agronegócio, um dos segmentos que mais apoiou Jair Bolsonaro.

Não esqueçamos dos americanos. Eles gostam de interferir na eleição alheia. Donald Trump já demonstrou ser capaz das maiores vilanias. Existe o risco de manobras de Washington tentarem modificar o resultado da eleição de 2026. Eles são especialistas em relações públicas e ultimamente estão com o cofre cheio. É o perigo que vem do Norte.